



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

MANDATO 2013-2017

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2016

APRESENTANTE: ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 2.12- DA ORDEM DE TRABALHOS

EXTRA AGENDA

ASSUNTO: Tomada de posição em defesa da Escola Pública - FENPROF

CONSIDERAÇÕES:

DELIBERAÇÃO N.º 106/2016

APROVADA

REPROVADA

OUTRA _____

POR UNANIMIDADE

POR MAIORIA

Votos a favor	Votos contra	Abstenção
12	5	4

O Presidente da Mesa

O Primeiro Secretário

Data: 17-05-2016 [19:34:46 WEST]
 De: FENPROF <fenprof@fenprof.pt>
 Para: FENPROF <fenprof@fenprof.pt>
 Assunto: Apelo a tomada de posição em defesa da Escola Pública

ENT. EXT. Nº 20/2016
 20/2016



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Sua Referência: Exmo./a Senhor/a
 Nossa Referência: FP-118/2016 Presidente da Assembleia Municipal
 Data: 17/05/2016
 Assunto: **Apelo a tomada de posição em defesa da Escola Pública**

visto.
 Ler as petições e
 abaixo-assinado
 a próxima reunião
 da Assembleia Municipal
 19/05/2016
 O Pres. Assembleia

Senhor/a Presidente

Um conjunto de cidadãos, na maior parte com responsabilidades sociais e políticas relevantes, aceitou assumir-se como primeiro subscritor de um Abaixo-Assinado / Petição, cujo teor segue em anexo. A razão que levou a esta iniciativa é conhecida, o que dispensa outra explicação. Dirigimo-nos a V.^a Ex.^a solicitando que, sobre a questão em apreço, em reunião do órgão autárquico a que preside, seja aprovada uma posição favorável à causa em referência e subscrito o abaixo-assinado/petição que segue junto.

Serão recolhidas assinaturas em locais públicos de todo o país e também por via eletrónica (<http://form.fenprof.org/?sid=68114>). A petição será entregue a Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia da República e, na qualidade de abaixo-assinado, o mesmo documento será entregue a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro-Ministro e ao Senhor Ministro da Educação. Agradecemos que, logo que seja subscrito este documento, bem como aprovada a posição pelo órgão autárquico a que preside, o primeiro nos seja enviado por via postal e do segundo nos seja dado conhecimento.

Dentro do possível, agradecemos que as folhas nos sejam devolvidas, já assinadas, até final do corrente mês de maio ou, na pior das hipóteses, final da primeira semana de junho.

Com os melhores cumprimentos

Mário Nogueira
 (Em representação do grupo de primeiros subscritores)

Federação Nacional dos Professores (FENPROF)
Rua Fialho de Almeida, nº 3 – 1070-128 LISBOA
Telef. 213819190; Fax. 213819198
E.mail: fenprof@fenprof.pt
www.fenprof.pt

Abaixo-Assinado/Petição

A Constituição da República impõe a obrigação de o Estado Português promover uma rede de estabelecimentos públicos que satisfaça as necessidades de toda a população. Dificuldades em garantir essa resposta levaram o Estado a assinar contratos de associação com o setor privado em áreas onde a oferta pública era inexistente ou insuficiente.

Com o passar dos anos, o número de contratos celebrado revelou-se claramente excessivo face às necessidades do sistema, verificando-se, por ausência de fiscalização, frequentes situações de desrespeito dos termos desses contratos, particularmente no que concerne aos limites das áreas geográficas que lhes foram atribuídas.

Face à declarada intenção do Governo de fiscalizar rigorosamente o cumprimento dos contratos assinados em agosto de 2015 e ao protesto de quem, tendo assinado o contrato, pretende receber apoio financeiro para alunos que residem em áreas onde existem escolas públicas, os abaixo-assinados/peticionários defendem:

1. Que não haja duplicação do financiamento e que, no respeito pela Constituição, se garanta o financiamento adequado à Escola Pública;
2. Que o apoio financeiro a colégios privados, através de contratos de associação, tenha lugar apenas quando a resposta pública é insuficiente, sendo, nesse caso, apoiados os alunos das áreas geográficas previstas nos contratos celebrados;
3. Que aos docentes dos estabelecimentos particulares e cooperativos, cujos horários de trabalho são ainda mais sobrecarregados, sejam aplicadas as mesmas normas que se aplicam no ensino público.

Os abaixo-assinados/peticionários rejeitam todas as acusações que pretendem minorar e desqualificar o ensino público e os seus profissionais, reafirmando que só com um maior investimento na Escola Pública se garante o direito de todos a uma educação de qualidade.

PRIMEIROS SUBSCRITORES

Adellino Pinto (Diretor da Escola Sec. Alves Martins, Viseu), Albino Almeida (Presidente da AM de Gaia e ex-presidente da CONFAP), Almerindo Janela Afonso (Docente e Investigador da Universidade do Minho), Álvaro Almeida Santos (Diretor da Escola Sec. de Valadares), Amândio Azevedo (Diretor do AE de Idães, Felgueiras), Ana Avoila (Coord. da Federação da Função Pública), Ana Benavente (Docente e Investigadora), Ana Mafalda Pernão (Diretora da Escola de Música do Conservatório Nacional), Ana Sesudo (Presidente da Associação Portuguesa de Deficientes), Aníbal José Mendes (Diretor do AE Frei Heitor Pinto, Covilhã), Aníbal Pires (Deputado do PCP/Açores), António Borges Coelho (Historiador), António Capelo (Ator, Diretor da Academia Contemporânea de Espetáculo e Diretor Artístico do Teatro do Bolhão), António Teodoro (Professor Universitário, Investigador, ex Secretário Geral da FENPROF), Augusto Flor (Antropólogo, Presidente da Confederação Portuguesa das Coletividades), Augusto Nogueira (Diretor da Escola Secundária D. Dinis, Coimbra), Batista Bastos (Jornalista e Escritor), Bernardino Soares (Presidente da CM de Loures), Carlos Carvalho (Diretor do AE Vale de Ovil, Baião), Carlos Pinto Sá (Presidente da CM de Évora), Daniel Oliveira (Jornalista), Daniela Aguiar (Movimento associativo de pais da RA da Madeira), David Rodrigues (Investigador, Presidente da Associação Pró-Inclusão), Elvino Sousa (deputado do JPP/Madeira), Fátima Custódio (ex-Presidente da Feder. Regional de Pais do Algarve), Fausto Bordalo Dias (Cantor e compositor), Fernando Sampaio (Diretor da Escola Sec. de Amarante), Filinto Lima (Diretor do AE Dr. Costa Matos, Presidente da ANDAEP), Filipe Martiniano Sousa (Presidente da CM de Santa Cruz, RA Madeira), Graça Gerardo (Presidente da ACAPO), Helena Roseta (Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa), Heloísa Apolónia (Deputada do PEV), Isabel Gregório (Presidente da CNIPE), Isabel Veiga Simão (Diretora do AE Coimbra Oeste), Isidoro Roque (Presidente da FRAPL), Joana Dourado (Engenheira, Investigadora e membro do grupo "Segue-me à Capela"), Joana Mortágua (Deputada do BE), João Fernando (Compositor), João Freire (Sindicato Nacional dos Psicólogos), João Jaime Pires (Diretor da Escola Sec. de Camões, Lisboa), João Loio (Professor e Músico), José António Gomes (Escritor e Docente na Esc. Superior de Educação do Porto), José António Pinto (Assistente Social), José Calçada (Presidente do Sindicato dos Inspetores de Educação e Ciência), José Correia (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local), José Luís Borges Coelho (Maestro e professor), José Manuel Mendes (Escritor, Presidente da Assoc. Portuguesa de Escritores), José Morgado (docente do ISPA – Instituto Universitário), José Morgado Ribeiro (Presidente da CIM Dão/Lafões), José Reis (Presidente da Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes), José Teixeira (Diretor do AE de Marco de Canaveses n.º 1), Kabeca (Manager de Xutos e Pontapés), Kálu (Músico de Xutos e Pontapés), Licínio Lima (Docente e Investigador da Universidade do Minho), Luís Cília (Compositor e cantor), Luís da Conceição (Docente da Fac. de Arquitetura da Universidade de Lisboa), Luís Fagundes Duarte (Docente, ex-Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e ex-Secretário Regional de Educação e Cultura da RA dos Açores), Luís Vicente (Ator e encenador da "ACTA"), Manuel Alegre (Poeta), Manuel Carlos Silva (Sociólogo e professor universitário), Manuel Loff (Historiador e professor universitário), Manuel Oliveira (Diretor do AE do Cerco, Porto), Manuel Pereira (Diretor do AE de Cinfães e Presidente da ANDE), Manuel Pires da Rocha (Diretor do

